

Sociedade pós-industrial e sociedade informacional: apontamentos de uma revisão bibliográfica

Fernando Mattos*

Apresentação

Os desdobramentos do processo de globalização econômica vêm promovendo diversas modificações na forma de funcionamento das economias nacionais, na maneira pela qual os diferentes Estados-Nacionais se relacionam e também na maneira como vivem e trabalham os cidadãos dos mais diversos países do mundo.

As dimensões dessas transformações promovidas pela globalização não compreendem apenas aspectos econômicos, mas também culturais, sociais e ideológicos.

Pensadores sociais de diversas áreas têm se dedicado a compreender e a teorizar sobre as mudanças ocorridas na nova ordem internacional estabelecida depois das ascensões de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan ao poder (respectivamente, em 1979, na Grã-Bretanha, e em 1980, nos EUA), que coincidiu com o aprofundamento da adoção de políticas de caráter liberal (ou neoliberal, como dizem alguns) na maior parte dos países do mundo, quer sejam os desenvolvidos, ou os do Terceiro Mundo.

Um ponto importante de nossa argumentação e de nossa concepção a respeito da globalização econômica que se intensificou nas últimas décadas é ressaltar que não consideramos esse fenômeno como obra do acaso ou como desdobramento "inevitável" das transformações econômicas capitalistas (ou seja, das chamadas "forças de mercado"). Nossa concepção é de que as características da globalização econômica que tomou corpo nas últimas décadas são resultado fundamentalmente de mudanças institucionais e legais promovidas pelos principais Estados Nacionais (notadamente EUA) não apenas nos respectivos âmbitos nacionais, mas também na atuação dos organismos financeiros internacionais, como OMC, FMI, Banco Mundial, ONU etc. Na defesa de seus interesses estratégicos, políticos e econômicos, os países hegemônicos da atual ordem internacional (especialmente EUA) têm moldado a atuação dos organismos internacionais e forçado, por exemplo, a liberalização do

* Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da PUC de Campinas. Professor e pesquisador do Centro de Economia e Administração (CEA) da PUC de Campinas. Doutor em Economia pela UNICAMP.

sistema financeiro internacional¹ e a liberalização (seletiva) do comércio internacional de mercadorias.

Nesse contexto de importantes modificações estruturais, destaca-se o papel crescente que têm adquirido as chamadas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Na pesquisa desenvolvida, discute-se a contribuição dos autores pioneiros no debate sobre os efeitos dessa nova configuração política e econômica internacional (genericamente definida como "globalização") sobre as sociedades capitalistas desenvolvidas, notadamente sobre a estrutura de emprego (queda do emprego industrial; aumento do peso dos serviços no conjunto dos ocupados, especialmente dos serviços nos novos setores, com alta concentração de atividades intensivas em Conhecimento) e as novas formas de trabalho que têm sido exigidas dos trabalhadores. As mudanças promovidas pelo Capitalismo Contemporâneo sobre a estrutura social dos principais países gerou um importante debate que busca conceituar as novas sociedades. Tomando-se como principal referência as transformações tecnológicas promovidas pelo Capitalismo Globalizado, e as crescentes exigências de conteúdos de conhecimento das tarefas realizadas pelos trabalhadores, no contexto das mudanças da estrutura de emprego mencionadas acima, ganhou importância o conceito de Sociedade Pós-Industrial (a partir do estudo seminal realizado por Daniel Bell, 1976), que se desdobrou em diversos outros conceitos que buscam caracterizar a natureza das novas sociedades capitalistas. Um dos principais desdobramentos desse debate conduz à formulação do conceito de Sociedade Informacional, para o qual têm contribuído diversos autores, de diversas filiações ideológicas. Um dos trabalhos pioneiros sobre a emergência da Sociedade Informacional foi

¹ No primeiro capítulo de minha tese de Doutorado, traço uma retrospectiva histórica do processo de globalização financeira, que toma impulso especialmente a partir de meados dos anos 70, consolidando-se ao longo da década de 80, com decisiva participação dos governos liberais nos países que, não por acaso, concentravam (e concentram cada vez mais) os interesses financeiros internacionais da forma mais nítida: EUA e Grã-Bretanha. Os governos desses dois países, por intermédio dos seus respectivos Bancos Centrais e através também de pressão política e influência ideológica sobre os principais organismos financeiros internacionais, promoveram importantes mudanças no sentido da flexibilização de regras e normas que permitiram uma progressiva facilidade para o movimento os fluxos de capitais financeiros. Conforme comentamos em Mattos (2001), esse movimento de liberalização tinha por objetivo remover as diversas formas de controle erigidas durante o pós-segunda guerra para a movimentação do capital financeiro especulativo, tidas e havidas, nos anos 50 e 60 (até mesmo pelos ensinamento trazidos pelos anos do entre-guerras, quando, sob o domínio do pensamento liberal, o mundo vivenciou crise depressiva nas principais economias do mundo) (Hobsbawm, 1995) como uma forma importante de evitar movimentos meramente especulativos de capitais. A ordem financeira dos anos 50 e 60 teve papel importante na recuperação econômica e na prosperidade dos principais países capitalistas e o papel desempenhado pelos controles de capitais foram fundamentais para esses resultados econômicos tão favoráveis. Nesse espaço, não pretendemos nos alongar nesse assunto, mas, de qualquer maneira, é importante, pelo menos, destacar que a forma e o funcionamento da atual ordem econômico-financeira internacional é bastante diferente da que vigorava há quatro ou cinco décadas atrás.

produzido por Simon Nora e Alain Minc, intitulado "A Informatização da Sociedade" (escrito em 1978 e traduzido para o português em 1980).

O objetivo mais geral deste artigo é destacar o papel das novas tecnologias da Informação e das Comunicações no atual contexto capitalista (capitalismo “globalizado”). O objetivo mais específico é descrever a contribuição teórica dos principais autores que trabalham os conceitos de Sociedade Pós-Industrial e de Sociedade Informacional.

O método de análise concentra-se em três pontos. Em primeiro lugar, na descrição das principais transformações econômico-financeiras ocorridas desde o final da década de 1970, com o intuito de contextualizar o ambiente em que se produziram os primeiros estudos sobre a Sociedade Pós-Industrial e a Sociedade Informacional. Em segundo lugar, pretende-se elaborar uma avaliação das principais transformações ocorridas nas estruturas setoriais do empregos nos principais países capitalistas, pois foi a partir da análise dessas transformações que os conceitos acima citados foram formulados. Em terceiro lugar, chega-se ao ponto principal da pesquisa: analisar a Sociedade da Informação, a partir dos estudos de alguns dos principais autores que se dedicaram ao tema.

Os resultados da pesquisa realizada indicam que foram muito significativas as mudanças promovidas pela globalização econômica e pelas novas tecnologias. Resumidamente, pode-se descrever a seguir as principais mudanças promovidas pela globalização econômica que foi impulsionada a partir do final dos anos 70/início dos anos 80. Entre as principais mudanças, podemos destacar:

- (a) aumento dos fluxos de capitais financeiros de curto prazo que transitam entre os mercados financeiros dos principais países do mundo capitalistas, quer sejam os países desenvolvidos, os recentemente convertidos ao capitalismo (países do antigo bloco socialista, liderado pela então URSS) ou os países do chamado Terceiro Mundo (que, muitas vezes, assim como alguns dos antigos países socialistas, passam a ser chamados pelos mercados financeiros e pela imprensa de "países emergentes") (Coutinho, 1995);
- (b) busca incessante das grandes corporações financeiras empresariais pela adoção de tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), como estratégias para melhorar suas lucratividades e ampliar seus negócios;
- (c) ampliação dos fluxos de investimentos diretos externos (IDE), cujo estoque cresceu mais, em média, do que os respectivos produtos internos brutos dos principais países do mundo (Chesnais, 1995);

- (d) ampliação também do volume de exportações, embora com velocidade menor do que o crescimento dos fluxos de capitais financeiros e dos fluxos de IDE, mas ainda maiores do que as variações médias do produtos internos brutos dos principais países capitalistas do mundo (Chesnais, 1995);
- (e) concentração da maior parte dos IDE e dos negócios em fusões e aquisições de novas empresas no bloco dos países mais desenvolvidos (ou seja, os pertencentes à tríade – EUA, Japão e Europa), conforme mostra Chesnais (1995), ao contrário do que poderia parecer ao senso comum de exaltação ao processo de globalização;
- (f) ampliação da rapidez da incorporação dos avanços tecnológicos da microeletrônica nos processos industriais, promovendo mudanças importantes nas plantas produtivas das principais empresas e nos seus respectivos processos de trabalho (Coutinho, 1992);
- (g) redução acelerada de custos de transportes e comunicações, com efeitos significativos sobre as estratégias de produção e comercialização das empresas (Serfati, 1996);
- (h) a redução dos custos de transportes e comunicações amplia e estimula o comércio internacional, inclusive o comércio intra-firmas, pois as grandes empresas passam a poder produzir diferentes partes de seus produtos finais em diferentes países, usufruindo das vantagens de custos oferecidas por cada um deles (Castillo, 1997);
- (i) o novo paradigma tecnológico promove não apenas um peso crescente do complexo eletrônico, mas também possibilita a crescente automação integrada flexível nas plantas produtivas, que promovem, por sua vez, uma intensa mudança nos processos de trabalho, exigindo ao mesmo tempo maior qualificação e maior flexibilidade da mão-de-obra em suas tarefas (Coutinho, 1992);
- (j) os processos de fusões e aquisições entre grandes complexos empresariais, notadamente nas áreas farmacêutica, aeroespacial, química, têxtil, automobilística e eletroeletrônica, entre as principais, faz-se necessária para enfrentar a cada vez mais acirrada concorrência capitalista, submetida a crescente internacionalização (Belluzzo, 1997);
- (k) as economias capitalistas têm crescimento de seu produto interno bruto, a partir dos anos 80, em escala menos acelerada do que haviam presenciado nos anos 50 e 60; isso acirra a concorrência entre as empresas pelos mercados de vendas de produtos, pois muitas vezes o aumento das vendas se faz sobre a demanda das empresas concorrentes (nos mercados nacionais ou internacionais), pois a era da globalização,

- ao contrário do que muitos imaginam, tem sido a era de relativa estagnação econômica na maioria dos países do mundo (Mattos, 2001);
- (l) a acumulação capitalistas no setor financeiro tem sido mais acelerada do que na esfera produtiva, o que coloca enormes dificuldades para a ampliação do estoque de empregos nos mercados de trabalho dos principais países capitalistas (Mattos, 2001), Belluzzo (1997), Mattoso (1995);
 - (m) transformações importantes da estrutura do emprego, com ampliação do peso das atividades do setor terciário (Singelmann, 1978), acompanhada de progressiva deterioração dos mercados de trabalho dos países capitalistas desenvolvidos (queda da taxa de geração de emprego, aumento das “inseguranças” no trabalho, queda dos salários reais, aumento do peso das ocupações precárias etc.) (Mattoso, 1995);
 - (n) por fim, mas não menos importante, uma modificação fundamental do cenário geopolítico, com a ampliação da assimetria entre os países em termos de poderio econômico-financeiro, de força militar e de capacidade de realizar políticas econômicas (Tavares e Fiori, 1997).

Estrutura Setorial do Emprego e Ocupações das Tecnologias da Informação

Todo este cenário, sumariamente descrito acima, tem estimulado um intenso debate a respeito da natureza da concorrência capitalista dos últimos anos e principalmente tem estimulado a produção de diversas teorias acerca das características econômicas e sociais da sociedade atual.

As intensas transformações ocorridas na estrutura setorial do emprego, a crescente concentração da renda e da riqueza², a crescente precarização dos mercados de trabalho (Mattoso, 1995), refletida no aumento do desemprego, no aumento do peso dos contratos de tempo-parcial e de caráter temporário entre os trabalhadores e pela queda (ou crescimento

² Dados citados por Wolff (1995), retirados do Survey of Consumer Finances, revelam que, entre 1983 e 1989, a parcela da riqueza total líquida dos EUA apropriada pelo 1% mais rico daquele país, saltou de 33,8% para 39% e a apropriada pelos 80% mais pobres, caiu de 18,6% para 14,5% da riqueza líquida total dos EUA. No mesmo período, a parcela da renda total americana apropriada pelo estrato do 1% mais rico daquele país, saltou de 12,8% para 16,5% enquanto que os 80% mais pobres, que, em 1983, detinham 48,1% da renda total da sociedade americana, abocanhavam apenas 44,5% do total da renda americana em 1989. Dados mais recentes do Departamento de Trabalho americano mostram que, nos anos 90, o processo de concentração da renda e da riqueza continuou a se aprofundar.

muito lento) dos salários reais (Mattos, 2001) deu margem a diversas interpretações a respeito do Capitalismo e do Mundo do Trabalho nos tempos atuais.

Uma das correntes de maior influência sobre as chamadas Ciências Sociais reúne estudiosos que apregoam estarmos vivendo a partir de pelo menos o final dos anos 70, transformações que nos levam a uma suposta sociedade pós-industrial, conforme procuraremos descrever a seguir. Há também autores de destaque que defendem que as sociedades atuais estariam sendo caracterizadas pela ampliação da importância de postos de trabalho ocupados por trabalhadores que precisam, para sua eficaz atuação, concentrar cada vez mais conhecimento técnico/científico e qualificação da mão-de-obra para atuar sob os novos paradigmas tecnológicos. Para esses autores, dos quais o maior destaque é sem dúvida o sociólogo espanhol Manuel Castells, estaríamos vivendo atualmente sob a Era da Informação, ou sob uma Sociedade Informacional ou Sociedade da Informação. Por fim, há também autores que apregoam estarmos atualmente sob uma situação de crise estrutural grave, que nos leva a uma suposta situação de "fim dos empregos", ou "fim do trabalho"³, pelo menos da forma de trabalho caracterizado pela fase fordista da acumulação capitalista, que predominou por quase todo o século XX.

Antes de nos dedicarmos a descrever os principais argumentos dos autores que defendem a idéia de que estaríamos sob uma sociedade pós-industrial ou dos autores segundo os quais vivenciaríamos atualmente uma Sociedade da Informação, seria interessante fazer uma avaliação sobre a evolução da estrutura setorial do emprego em alguns dos principais países. Ou seja, antes de apresentarmos uma revisão bibliográfica comentada de alguns dos principais autores a tratar do tema da Sociedade pós-industrial, entendemos que seria interessante analisar alguns dados da evolução da estrutura setorial do emprego e das transformações ocorridas nos mercados de trabalho dos principais países capitalistas nas últimas décadas. Esses dados foram coletados nas publicações de algumas das principais organizações internacionais, como a OCDE, por exemplo.

Os dados da tabela 1 já mostram como o tema é sujeito a polêmicas. Nessa tabela, são apresentados os dados anuais do estoque de empregos assalariados na indústria de EUA e da União Européia desde 1960 até os tempos atuais. Na verdade, a amostragem é bastante significativa, pois reúne os principais países capitalistas do planeta e se refere a um período de tempo bastante largo. Na tabela, podemos constatar que, nos EUA, aumentou expressivamente, entre 1960 e 1997, o número de trabalhadores assalariados empregados nas

atividades industriais. No período de quase 40 anos em questão, foram criados, em termos líquidos, quase 8 milhões de postos de trabalho na indústria americana, o que dá um crescimento médio anual de quase 1% no estoque de empregos industriais no principal país capitalista do mundo. Por outro lado, no conjunto dos 15 países que conformam a União Européia, houve uma queda de pouco mais de 5 milhões de postos de trabalho na Indústria entre 1960 e 1997 – partindo de um estoque de cerca de 50 milhões de assalariados industriais em 1960, o que representa uma redução anual média de cerca de 0,3% no estoque de postos de trabalho industriais nesse conjunto de países.

Sendo assim, pelo que mostra na tabela 1, parece ser prematuro afirmar que o Capitalismo atual se caracterizaria pelo "fim" do emprego industrial ou mesmo por sua redução acentuada. Basta ver que no país capitalista mais desenvolvido, se olharmos os dados sob uma perspectiva de médio prazo, ou seja, nos últimos 40 anos, houve um aumento do estoque de empregos na atividade industrial no período.

Mas o argumento de alguns dos defensores do suposto "fim do emprego industrial" ou mesmo dos que defendem a idéia de que estaríamos sob uma sociedade pós-industrial baseia-se, muitas vezes, na redução do peso relativo do emprego industrial no conjunto das ocupações dos mercados de trabalho dos países desenvolvidos.

Tabela 1
Emprego total na indústria
EUA e União Européia
Em milhares de empregados
1960-1997

Anos	EUA	União Européia
1960	23198	50061
1961	22576	51102
1962	23219	51709
1963	23775	52186
1964	24291	52803
1965	25211	53082
1966	26278	53018
1967	26653	51958
1968	26896	51909
1969	27533	52979
1970	27029	53681
1971	26092	53285
1972	26766	52785
1973	28225	53421
1974	28194	53456

³ Um dos principais autores que veiculam essa idéia é Rifkin (1995).

1975	26288	51902
1976	27354	51004
1977	28401	50883
1978	29887	50614
1979	30918	50684
1980	30315	50403
1981	30190	48719
1982	28257	47338
1983	28253	45965
1984	29892	45693
1985	30048	45294
1986	30339	45191
1987	30475	45182
1988	30964	45608
1989	31291	46368
1990	31123	47152
1991	29753	50400
1992	29155	48354
1993	28907	46361
1994	29535	45017
1995	29984	44808
1996	30215	44766
1997	30950	44713

Fonte: OCDE - Quarterly Labour Force Statistics.

Os gráficos I, II e III, a seguir, dão uma idéia da trajetória da participação relativa (medida em termos percentuais) do emprego nos setores segundo uma divisão setorial tradicional, ou seja, setor agrícola, setor industrial e setor de serviços. No gráfico I, sobre a evolução da participação setorial do emprego nos EUA, verifica-se, em primeiro lugar, a continuidade de uma tendência secular de queda do peso relativo do emprego agrícola, que chega a apenas cerca de 2,5% do total das ocupações em 2001 (ver também tabelas a seguir). No que se refere aos outros dois setores, fica claro que a queda do peso do emprego industrial tem como contrapartida a ampliação do peso do emprego nas atividades de serviços, que atingem cerca de 75% do total dos postos de trabalho na economia americana em final do século XX/início do século XXI. Deve-se ressaltar que a ampliação do peso das atividades agregadas como pertencentes ao segmento dos serviços deveu-se ao fato de que elas tiveram um crescimento mais expressivo das mesmas do que das atividades industriais (que também cresceram em termos absolutos, conforme vimos na tabela 1).

No gráfico II, com dados do G7⁴, também pode-se verificar uma queda expressiva do emprego nas atividades agrícolas (cujo peso, em 1960, era de cerca de 20%, ou seja, parcela

⁴ Grupo dos 7 países mais ricos do mundo, a saber: EUA, Canadá, Japão, Reino Unido, Itália, Alemanha e França.

nada desprezível) e uma redução do peso das atividades industriais e aumento do peso das atividades de serviços.

No gráfico III, os dados do conjunto de países que formam a União Européia⁵ repetem a trajetória verificada nos gráficos anteriores. No caso europeu, a ampliação do peso do emprego nos serviços deveu-se não apenas ao seu aumento em termos absolutos, mas também à redução, em termos absolutos, do estoque de empregos nas atividades industriais (ver tabela 1).

Gráfico I

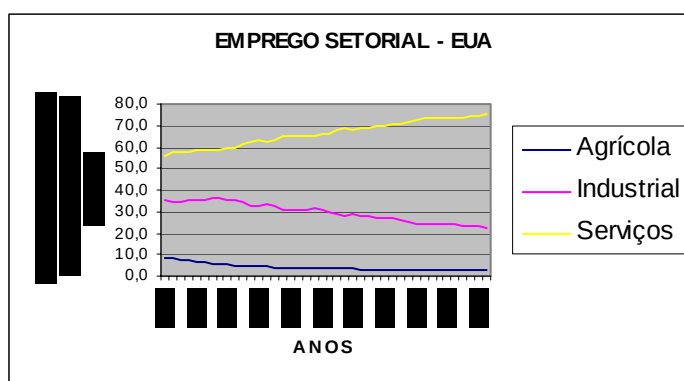
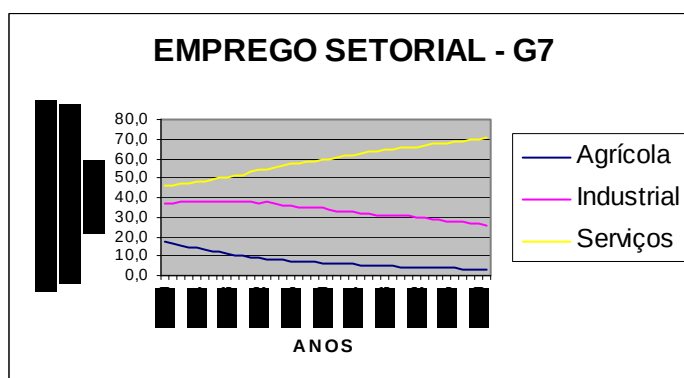
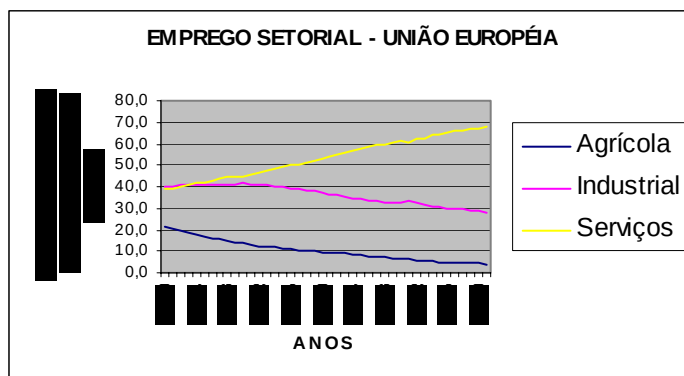


Gráfico II



⁵ A saber: Reino Unido, Alemanha, Espanha, Itália, França, Suécia, Luxemburgo, Holanda, Bélgica, Áustria, Dinamarca, Portugal, Grécia, Irlanda e Finlândia.

Gráfico III

As tabelas do anexo I do livro de Castells (1999) mostram de forma mais detalhada a evolução da estrutura setorial do emprego em alguns dos principais países. Procuramos levantar dados de países de diferentes características, para tornar os dados mais amplos e significativos do movimento geral dos mercados de trabalho sob o Capitalismo das últimas décadas. Sendo assim, podemos constatar que tanto nos países capitalistas mais desenvolvidos (como EUA, Itália, Alemanha, França, Reino Unido, Japão), quanto em países europeus de desenvolvimento recente na Europa (Espanha, Portugal) ou na Ásia (Coréia) ou na Oceania (Austrália) e ainda também em países de recente conversão ao Capitalismo (República Checa), tem sido verificada uma queda do peso relativo das atividades agrícolas e das atividades industriais desde 1960 até o ano de 2001.

Entre os países mais desenvolvidos, a Alemanha ainda conserva um peso expressivo de emprego em atividades industriais (cerca de 32%), mas o mesmo tem decrescido ao longo dos anos. No que se refere ao peso das atividades agrícolas, a redução de seu peso relativo também tem sido inequívoca, o que vale tanto para países cujo peso dessas atividades era expressivo no início da década de 60 (Portugal, Espanha, Itália, Japão) ou de 70 (Coréia), como também para países que já ostentavam reduzida participação relativa dessas atividades no ano de 1960, como o Reino Unido. Em todos os países, o peso relativo das atividades de serviços era maior do que 60% em 2001, exceto apenas em Portugal e na República Checa, com peso dessas atividades entre 50% e 60%.

Feitas essas considerações, é preciso avançar mais. As atividades reunidas no setor de serviços, como se sabe, são residuais, ou seja, são classificadas por exclusão. O que são as atividades de serviços? São todas aquelas que não podem ser classificadas como atividades agrícolas (que incluem atividades de extração mineral ou vegetal) e nem como atividades industriais (que incluem as atividades da indústria da transformação e as atividades de

construção civil). Ou seja, entre as atividades do setor de serviços incluem-se atividades relativas ao comércio de mercadorias (em grandes estabelecimentos ou em atividades de trabalhadores ambulantes), aos serviços financeiros, aos serviços realizados pelo setor público e todas as atividades dos chamados profissionais liberais. Incluem também o serviço doméstico e os serviços pessoais, esses últimos praticados por empresas ou por indivíduos que trabalham por conta-própria. Trata-se, portanto, de um amplo leque de atividades, com mão-de-obra de diferentes graus de qualificação e de rendimentos, para não falar das perspectivas de carreiras profissionais. Em suma, é importante tentar organizar os dados e informações do setor terciário de forma mais desagregada, para compreender de maneira mais conclusiva essas atividades. Na verdade, pretende-se organizar as estatísticas das atividades de serviços de forma a aferir quais são as ocupações mais ligadas às atividades industriais e as que não se relacionam às mesmas.

Esse esforço de interpretação é muito importante para que possamos, a seguir (na próxima seção) os principais argumentos dos teóricos a favor e contra a tese da sociedade pós-industrial. É importante destacar que, muitas vezes, atividades que atualmente estão colocadas nas atividades de serviços, eram, há alguns anos, realizadas no âmbito das empresas do setor industrial. Ou seja, há diversos casos de profissionais que atualmente executam as mesmas tarefas que executavam há alguns anos, mas não as executam mais no espaço da planta produtiva de uma empresa do setor manufatureiro/industrial, mas em escritórios ou em casa com trabalho contratado pela mesma empresa que antes o empregava. Há também casos em que o profissional mantém-se no mesmo espaço físico do tempo em que estava ocupado como assalariado de uma empresa do setor industrial, mas seu contrato de trabalho é diferente do caso anterior, ou seja, o trabalhador foi "terceirizado" e sua ocupação, estatisticamente, entra na classificação do setor terciário, embora, na verdade ele atue de forma clara e explícita para uma empresa do setor industrial.

Mas não é apenas por causa desses movimentos de "terceirização" da força de trabalho que o peso relativo do setor de serviços aumentou. Muitas pessoas, premidas pelo desemprego, ou pela expulsão de atividades em empresas manufatureiras/industriais, buscam formas de auto-ocupação no setor terciário como forma de sobrevivência, "inchando" as atividades não-industriais dos mercados de trabalho dos principais países capitalistas (isso certamente ocorreu também no Brasil).

Deve-se destacar também um outro aspecto muito importante, para o qual estão muito atentos os autores que não coadunam com a tese da sociedade pós-industrial. Muitas

profissões ou ocupações, embora claramente definidas como integrantes de atividades do setor de serviços, somente existem como consequência do desenvolvimento de novas atividades industriais ou do avanço tecnológico em atividades industriais já existentes. Assim, por exemplo, a profissão de *webmaster* executada por um profissional que trabalhe por conta-própria ou como assalariado em uma empresa prestadora de serviços, entra nas estatísticas do setor de serviços, mas essa atividade somente existe por conta do desenvolvimento de atividades industriais no âmbito da chamada "nova economia". O mesmo vale para diversas outras atividades que, de alguma forma, relacionam-se às novas tecnologias industriais que foram desenvolvidas nas atividades de computação, mecatrônica, eletroeletrônica etc., ou seja, nas atividades do chamado setor da Informação.

Dessa maneira, torna-se imperioso fazer um estudo mais aprofundado a respeito do conteúdo ocupacional das atividades de serviços, ou das chamadas atividades do setor terciário da economia. Castells (1999) utiliza-se da conceituação concebida por Singelmann (1978) há mais de 3 décadas. Na referida conceituação, Singelmann desagrega as atividades de serviços segundo suas funções dentro da cadeia produtiva das sociedades capitalistas, no contexto do pós-guerra. Os tipos de serviços⁶ definidos são: serviços de distribuição, serviços relacionados à produção, serviços sociais e serviços pessoais.

Os serviços de distribuição reúnem tanto as atividades de comunicações, como as de transportes e também as atividades comerciais de varejo e atacado. Os serviços relacionados à produção relacionam as atividades de serviços que são cruciais para o processo produtivo da economia, como as atividades bancárias (incluindo seguradoras, financeiras etc.), as atividades de assessoria jurídica e congêneres, as atividades de contabilidade empresarial, as atividades técnicas de diferentes características (incluindo atividades de consultoria), as atividades de engenharia de todos os tipos (inclusive computacionais) e ainda todas as atividades ligadas ao comércio, aluguel e administração de imóveis. Os serviços sociais englobam todos os tipos de atividades públicas, com destaque para atividades relacionadas à educação, à saúde, aos serviços religiosos (remunerados ou não), aos serviços em entidades ligadas ao bem-estar social e aos serviços de correios⁷; em suma, os serviços sociais podem ser definidos também como serviços de consumo público ou coletivo, em contrapartida aos

⁶ Em minha dissertação de Mestrado, defendida em 1994 no Instituto de Economia da UNICAMP, adoto uma classificação semelhante para o setor de serviços. Cf. Mattos (1994).

⁷ Parece estranha a inclusão de serviços de correios nessa rubrica. Muitos autores preferem incluí-los nas atividades de comunicações, mas a classificação de Singelmann prefere incluí-los nas atividades de serviços sociais.

serviços pessoais, que podem ser considerados serviços de consumo individual, reunindo ocupações em serviços relacionados a atividades de lazer, entretenimento, alimentação, higiene pessoal e domésticos (inclusive serviços de reparo de residências ou de eletrodomésticos, e serviços de lavanderia, entre outros).

Uma interessante análise da evolução da estrutura setorial do emprego nas principais economias capitalistas, desde a década de 1920, é apresentada por Castells (1999), no capítulo 4. Conforme lembra o autor (corretamente, a nosso juízo), há diferenças importantes entre os países considerados (EUA, Japão, Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Canadá), as quais não se relacionam estritamente a aspectos econômicos, mas também às formas históricas de organização social desses países, que geram estruturas de emprego diferentes e que evoluem também de forma diferenciada. De qualquer forma, pode-se verificar alguns desdobramentos comuns das respectivas estruturas setoriais do emprego, que repetem o que já comentamos acima: redução contínua, ao longo do tempo, do peso relativo do emprego agrícola e redução também do peso do emprego industrial, tal qual sua definição mais tradicional, ou seja, incluindo as atividades mais claramente realizadas no âmbito das indústrias de transformação e de construção civil, incluindo serviços públicos de infra-estrutura. A redução do peso do emprego industrial ocorre em diferentes momentos históricos segundo os países mencionados: no Reino Unido, nos EUA e na Alemanha, a partir dos anos 60 (com a importante diferença de que, na Alemanha, o peso relativo do emprego industrial ainda hoje é bastante alto e bem superior ao dos EUA); na França, Itália e Japão, a partir dos anos 70, mas de forma moderada, acelerando-se vigorosamente a partir de meados dos anos 80 e início dos anos 90.

As principais diferenças, entretanto, encontram-se nas atividades de serviços. Ou, mais exatamente, na composição e na evolução da estrutura do emprego nas atividades de serviços. A articulação das atividades de serviço com o setor industrial, assim como fatores histórico-sociais (como, por exemplo, a dimensão, características e extensão das atividades dos respectivos Estados de Bem-Estar Social) são os principais elementos que explicam a dinâmica ocupacional das atividades de serviços ao longo das últimas oito décadas (pelo menos).

Os serviços característicos da sociedade industrial, que viveu seu auge em meados do século XX, são os chamados serviços ligados à produção. Trata-se de atividades de apoio às empresas, principalmente às empresas do setor industrial. As tabelas elaboradas por Castells (1999) demonstram que esse tipo de atividade dos serviços tiveram aumento de seu peso relativo no conjunto do emprego tanto no período entre 1920-1970, quanto no período mais

recente (1970-1990) em todos os países do G7. A maior parte das atividades relacionadas como serviços ligados à produção reúne profissionais que, basicamente, tratam de informações estratégicas para as atividades empresariais. O percentual do emprego nos serviços relacionados à produção varia em cada um dos países (mas, como já dissemos, houve crescimento em cada um deles) - e esta variação decorre, provavelmente, do grau e extensão com que essas atividades são absorvidas pelas atividades industriais (criando postos de trabalho diretamente no setor industrial) em cada uma das economias em questão.

Os serviços sociais tiveram expressivo crescimento durante os Anos Dourados (1945-1973) do capitalismo (Hobsbawm, 1995). Nesse período, marcado por forte prosperidade econômica e melhoria expressiva das condições sociais, houve um significativo impulso das atividades do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) nos países desenvolvidos, época em que cresceu expressivamente a quantidade de postos de trabalho nas áreas de Saúde, Educação, e em atividades como Correios, burocracia estatal e outros serviços públicos. Foi um período em que a Democracia (com suas conquistas sociais) desenvolveu-se ao lado de uma economia próspera, gerando melhoria do padrão de vida nas sociedades capitalistas que haviam saído de um período difícil, que culminara com os horrores da Segunda Guerra Mundial. A expansão do emprego público, nesse período, foi muito importante para consolidar as atividades de bem-estar social e teve papel fundamental na expansão do conjunto do emprego nos países desenvolvidos (Mattos, 2001).

Nos últimos 25 anos, porém, os principais países capitalistas perceberam uma desaceleração significativa em sua atividade econômica, fato que coincidiu com uma retração ou estagnação das atividades dos respectivos Estados de Bem Estar Social nas principais economias do mundo. A expansão do emprego público desacelerou-se fortemente ou mesmo refluíu em alguns países. Essas atividades públicas estão incluídas nos serviços sociais e sua retração provocou também a retração ou estagnação da participação relativa dos serviços sociais nas principais economias desenvolvidas. De qualquer forma, há países, como França e Alemanha, principalmente, em que o peso relativo dos serviços sociais no conjunto do emprego é elevado, por causa do peso significativo do seu emprego público. No caso dos EUA, o peso relativo dos serviços sociais também é alto, mas, nesse caso, deve-se principalmente ao emprego em atividades de Educação.

No que se refere aos serviços de distribuição, pode-se afirmar que seu peso relativo é alto na totalidade dos respectivos mercados de trabalho dos países desenvolvidos. Ademais, tem se mantido relativamente estável nas duas últimas décadas. A maior parte de suas

atividades se concentra no comércio varejista e no comércio atacadista. Essas atividades ainda conservam elevada participação nas economias capitalistas desenvolvidas, resistindo às principais transformações da área industrial e das novas tecnologias. Na verdade, as atividades comerciais parece que sempre terão importância nas economias capitalistas, independentemente do grau de desenvolvimento tecnológico das mesmas. Na maior parte dos países considerados, a participação relativa dessas atividades de serviços era mais que três vezes maior do que a participação dos serviços ligados à produção.

Os serviços pessoais também ainda conservam peso relativo importante nas sociedades capitalistas desenvolvidas. Entre essas atividades, encontram-se ocupações no setor de alimentação e bebidas, assim de hospedagem. Há uma ampla gama de outras atividades reunidas nos serviços pessoais, alguns das “novas” atividades relacionadas à economia do lazer e do tempo livre. As mudanças na estrutura de emprego ocorridas no chamado “capitalismo informacional” de Castells (1999) não provocaram a redução do percentual dos serviços pessoais no conjunto das ocupações dos mercados de trabalho dos países desenvolvidos.

O Debate Sobre Sociedade Pós-Industrial

Os dados tabulados e analisados por Castells (1999) são utilizados pelo autor para analisar as transformações que parte significativa (e, segundo nosso entendimento, hegemônica) da literatura econômica e sociológica que trata das mais recentes transformações na ordem social e dos mercados de trabalho chama de “sociedade pós-industrial”. Embora reconhecendo que tem aumentado expressivamente o peso dos serviços, de modo geral, na estrutura de emprego dos principais países capitalistas, em detrimento do emprego industrial, e também reconhecendo que têm ocorrido importantes mudanças estruturais dentro mesmo das atividades de serviços, Castells (1999) discorda da tese da “sociedade pós-industrial”, colocando em seu lugar o conceito de “sociedade informacional” ou simplesmente “informacionalismo”, especialmente porque, segundo ele: (a) a maior parte das novas ocupações criadas não devem ser vistas simplesmente como atividades do setor de serviços, mas, mais especialmente, como atividades realizadas por trabalhadores que se ocupam crescentemente de atividades com elevado conteúdo tecnológico, baseado em funções que exigem alto conhecimento e elevado estoque de tecnologias da informação (notadamente por causa da ampliação do peso da infra-estrutura de comunicações nas atividades industriais ou

de serviços); (b) o autor rejeita a afirmação das teses da “sociedade pós-industrial” que interpreta as recentes mudanças na estrutura de emprego como uma tendência de redução acelerada da importância do setor industrial. Castells (1999) lembra do trabalho de Cohen e Zysman (1987), no qual os autores apregoam que, em que pese a redução do peso da indústria no conjunto do emprego dos países desenvolvidos (em favor das atividades de serviços⁸), as atividades industriais ainda comandam parcela bastante expressiva dos respectivos PIB’s nacionais, pois parte importante dos serviços criados são relacionados e dependentes diretamente das atividades industriais⁹; (c) Castells (1999) reconhece a razão dos defensores das teses de “sociedade pós-industrial” ao afirmarem que tem aumentado o peso das profissões “ricas em informação” nas novas estruturas de emprego, mas lembra que não são apenas elas que estão vivenciando uma expansão relativa, mas também tem aumentado o peso do emprego de profissionais cuja mão-de-obra é pouco qualificada nessas mesmas estruturas ocupacionais recentes¹⁰; (d) por fim, Castells (1999) critica uma certa visão “determinista” (termos nossos) segundo a qual estaria em curso uma inexorável evolução das estruturas ocupacionais que conduziria todas as sociedades a um modelo de “sociedade informacional”, destacando que as estruturas econômicas e sociais dos países são bastante diferenciadas¹¹. Na seguinte passagem de Castells (1999) está um resumo do que o autor entende por “sociedade informacional”, conceito que ele propõem em substituição às teses da “sociedade pós-

⁸ Castells (1999) chama a atenção para algo que já comentamos mais acima: a classificação das atividades de serviços, pela sua própria natureza, é de difícil definição, dado o caráter residual das mesmas – ou seja, são classificadas pelo que NÃO são: não são atividades agrícolas, não são atividades industriais. O autor, corretamente, defende que se deve fazer uma investigação mais detida, com dados mais desagregados, das mudanças na estrutura de emprego nos serviços, procurando interpretar as transformações ocorridas recentemente no conteúdo das ocupações dos serviços de forma menos simplória (palavras nossas) do que o fazem os defensores da tese da “sociedade pós-industrial”.

⁹ Os argumentos de Cohen e Zysman (1987) são mais ricos do que esses destacados por Castells (1999). Devemos destacar que, em nossa avaliação, o livro de Cohen e Zysman (1987) permanece bastante atual e arrola argumentos muito importantes, com os quais concordamos, que rejeitam a tese da “sociedade pós-industrial”. Os autores destacam o papel central representado pelas atividades industriais no Capitalismo e lembram que a própria expansão de diversas atividades do setor terciário (serviços e comércio) dependem da dinâmica e diversificação das atividades industriais. Não se deve confundir queda do peso do emprego industrial na estrutura ocupacional com redução da importância do mesmo para a atividade econômica. Estamos de acordo com essa interpretação de Cohen e Zysman (1987) e consideramos mesmo que as teses de “sociedade pós-industrial” têm muito mais um caráter ideológico do que um caráter científico comprovado por dados e estatísticas de emprego ou de valor agregado. Mais à frente, apresentaremos outros argumentos de oposição à tese de “sociedade pós-industrial”.

¹⁰ Sobre isso, cf. Mattos (2001), que mostra que nos EUA (e em outros países capitalistas) tem aumentado a diferença de renda entre os trabalhadores justamente por causa de um esvaziamento da presença de ocupações intermediárias na estrutura ocupacional, em favor de uma significativa expansão de profissões de altas rendas e também das profissões/ocupações de rendas baixas, geralmente caracterizadas por trabalhadores com mão-de-obra de baixa qualificação.

industrial”: “o que é mais distintivo em termos históricos entre as estruturas econômicas da primeira e da segunda metade do século XX é a revolução nas tecnologias da informação e sua difusão em todas as esferas de atividade social e econômica, incluindo sua contribuição no fornecimento da infra-estrutura para a formação de uma economia global. Portanto, proponho mudar a ênfase analítica do pós-industrialismo para o informacionalismo”.

Um livro seminal a respeito desse debate sobre as recentes transformações setoriais do emprego nas sociedades capitalistas é o de D. Bell (1976). Esse autor baseou sua avaliação segundo a qual estaríamos entrando em uma fase de sociedade “pós-industrial” ao afirmar que as atividades produtivas (industriais) estariam sendo substituídas pelas atividades de serviços, assim como, no século passado, teria havido a substituição da agricultura pela indústria. Através dessa dicotomia simplificada, o autor argumenta que a sociedade pós-industrial se fundaria nos serviços e o seu motor básico seria a informação, e não mais o trabalho produtivo, baseado no trabalho braçal do setor industrial. Para Bell (1976), a sociedade pós-industrial representaria a superação da habilidade (o *saber-fazer*) por uma (suposta) ciência abstrata.

Gershuny (1978) apresenta uma crítica muito bem estruturada ao trabalho de Bell (1973), questionando-o em seus próprios termos e premissas. Em primeiro lugar, Gershuny (1978) coloca em discussão o próprio conceito de serviços utilizado por Bell (1973) e, nesse sentido, avança mais do que o faria, anos depois, Castells (1999) em sua crítica a Bell (1973). Segundo Gershuny (1978), a inadequação do conceito de serviços utilizado por Bell (1973) reside no fato de que ele não sustenta uma definição clara da atividade de serviços. O principal argumento de Gershuny (1978) é de que as sociedades capitalistas atuais têm se caracterizado pela expansão do auto-serviço, por ele exemplificado pelo aumento do consumo de automóveis (que é um bem) em detrimento do transporte coletivo (um serviço). Gershuny (1978) destaca que a atividade industrial ainda conserva importância fundamental no capitalismo contemporâneo. Segundo o autor, o aumento do emprego nas atividades terciárias resulta, na verdade, de profundas mudanças que têm ocorrido nas organizações industriais. Dessa forma, o aumento do emprego no terciário não seria resultado do aumento da demanda final por serviços, mas notadamente pela expansão de serviços criados pelas novas necessidades das atividades industriais – estas, sim, conservariam papel central na dinâmica econômica capitalista contemporânea. Assim, Gershuny (1978) se opõe à idéia presente nos

¹¹ Estamos de acordo com este argumento de Castells (1999) também, o qual gostaríamos de reforçar afirmando que há um importante componente histórico que normalmente não é levado em conta pelos autores

trabalhos de Bell (1973) segundo a qual estaríamos transitando, já desde as décadas de 60/70 do século XX, para uma sociedade cuja demanda por consumo seria de produtos não-materiais. A expansão do auto-serviço, para Gershuny (1978), geraria demanda por produtos materiais, produzidos nas indústrias. O auto-serviço muitas vezes substitui os serviços pessoais e geram, portanto, maior expansão da demanda por produtos produzidos industrialmente. Dessa forma, embora não negue a expansão de emprego nas atividades terciárias¹², Gershuny (1978) destaca que as estratégias empresariais e as mudanças ocorridas na organização industrial geram demanda para estas mesmas atividades. Bell (1973), dessa forma, ainda segundo Gershuny (1978) estaria equivocado ao atribuir a expansão do emprego nas atividades de serviços a um suposto crescimento na demanda por serviços. Assim, segundo Gershuny, estaria posto em xeque um dos principais argumentos que sustentam a tese da sociedade pós-industrial – a saber: exatamente o argumento (fundado na Lei de Engel) de que a expansão da renda média familiar teria provocado uma saturação da demanda por produtos/bens de consumo produzidos industrialmente, deslocando-se em favor de atividades de serviços (as necessidades humanas seriam, então, supridas cada vez mais por atividades de serviços e não mais pela compra de produtos industrializados, segundo Bell). Dessa forma, ainda sobre a contribuição do trabalho de Gershuny (1978), que apresenta observações críticas a respeito das teses pós-industrialistas, vale citar a seguinte passagem de Brandão e Ferreira (1992): “os trabalhos de Gershuny (1978) trouxeram contribuições importantes para a compreensão do processo de terceirização das economias capitalistas: superaram a visão pós-industrialista que o associava à mudança do consumo final dos indivíduos; destacaram a heterogeneidade das atividades terciárias e as diferentes dinâmicas que presidem sua evolução; e associaram o seu crescimento ao comportamento e às transformações experimentadas pelo setor industrial”. (pp.17-18).

Lojkin (2002) é outro autor que se alinha entre os principais críticos das formulações de Castells (1999) e também de Bell (1976). Ele rejeita as teses (presentes em Castells, 1999) segundo as quais a ampliação do papel do tratamento das informações na tomada de decisões (que ele não nega estar tendo um papel cada vez mais importante nas sociedades capitalistas atuais) tenha promovido mudanças sociais profundas nessas sociedades. Segundo ele, a divisão social do trabalho continua basicamente com as mesmas características que antes do advento da sociedade informacional. O acesso às informações continua sendo propriedade

“deterministas” que defendem a tese de “sociedade pós-industrial”.

¹² Embora, é bom registrar, a redefina de forma mais rigorosa do que Bell.

privada das grandes corporações; ademais, nessas grandes corporações, a hierarquia funcional mantém-se com os mesmos fundamentos de épocas anteriores do Capitalismo. Ou seja, para Lojkin (2002), a natureza do capitalismo não se alterou nas últimas décadas, apesar das expressivas mudanças estruturais ocorridas no âmbito empresarial. Em especial com relação ao livro de Bell (1976), Lojkin (2002) destaca que não há, no capitalismo contemporâneo, uma nítida separação entre as atividades industriais e as atividades de serviços (a análise de Lojkin, nesse ponto, se assemelha à análise de Cohen e Zysman, já comentada acima). Além disso, Lojkin (2002) destaca (corretamente, a nosso ver) que a informação não substitui a produção, mas atua em conjunção com a mesma, constituindo até mesmo um subsídio decisivo às decisões que conduzem a atividade produtiva¹³. O autor prefere afirmar que “as premissas da revolução informacional, no contexto atual de crise e de reestruturação capitalistas, discutem a idéia de uma substituição da produção pela informação, defendendo a tese de uma interpenetração complexa entre indústria e serviços, concepção e fabricação, ciência e experiência, e, conseqüentemente, entre assalariados da produção e assalariados da concepção”. Em suma, Lojkin (2002) não ousa negar que tenha havido importantes transformações no trato, uso e armazenagem das informações na atual sociedade capitalista, mas considera inadequada a avaliação segundo a qual os novos paradigmas estejam de fato substituindo os anteriores, preferindo afirmar que eles convivem conjuntamente, em estruturas complexas e contraditórias, muitas vezes até mesmo aprofundando as desigualdades entre os trabalhadores associados aos “antigos” e aos “novos” processos de produção – e, freqüentemente, dentro de uma mesma unidade produtiva. Ademais, o autor, corretamente, a nosso juízo, não deixa de destacar que, mesmo os trabalhadores que lidam com as informações, também estão submetidos à relação social símbolo do capitalismo, ou seja, o assalariamento.

Garnham (2000) também enumera diversos argumentos para criticar as formulações de Castells (1999) e destaca em especial a ênfase de Castells no determinismo tecnológico. Segundo alerta Garnham (2000), Castells (1999) não consegue sustentar seu argumento segundo o qual a atual Era da Informação estaria sendo caracterizada por expressivos ganhos de produtividade decorrentes do uso das TIC's. Garnham (2000) aponta que Castells (1999) se apóia em um argumento que não consegue provar (a da crescente produtividade) para postular sua tese de que estaríamos diante de um momento histórico de transformação do

¹³ É o que afirma o autor especialmente no seu capítulo VIII, intitulado “O Consórcio entre Informação e Produção”.

capitalismo industrial em capitalismo informacional. O fato de que nas três últimas décadas do século XX tenhamos de fato experimentado uma desaceleração dos ganhos médios de produtividade para o conjunto da atividade econômica dos diversos países capitalistas desenvolvidos revelam que os supostos (segundo Castells, 1999) expressivos ganhos de produtividade das novas tecnologias não se espalharam por toda a atividade produtiva de bens e de serviços. Há ainda um outro aspecto que deve ser mencionado na crítica de Garnham (2000) ao determinismo tecnológico de Castells. O discurso do determinismo tecnológico tem efeito desmobilizador para a ação política concreta. Ao tomar as modificações que têm conduzido ao chamado capitalismo informacional meramente como resultantes de desdobramentos tecnológicos, o autor despreza os conflitos existentes entre o capital e o trabalho (para ele, a figura do empresário se esvai em favor da sociedade em rede) e entre os diferentes Estados Nacionais (como se o poder de cada um deles fosse semelhante...).

Um dos argumentos que sustentam estarmos diante de um novo paradigma tecnológico gerador de ganhos expressivos de produtividade deriva da observação dos surtos de valorização das principais ações nas bolsas de valores americanas nos anos 90, fenômeno devido, na verdade, a movimentos especulativos de atração de capitais externos para o mercado de capitais americano¹⁴. As expectativas de valorização das ações eram elas próprias sancionadas por novos movimentos de capitais em direção aos mercados financeiros, iniciando novos ciclos de ascensão dos ativos. Quando essa bolha estourou, cessou o movimento ascensional das ações e de outros ativos¹⁵.

Conclusões

O estudo de Gershuny (1978) mencionado neste ensaio desmistifica os supostos em que se apóia a tese da sociedade pós-industrial, a qual, por sua vez, deu margem, em estudos posteriores, à criação da tese da sociedade informacional. Sem entrar no mérito das nítidas implicações ideológicas (conservadoras) subjacentes às diversas modalidades das teses pós-industrialistas¹⁶, a contribuição de Gershuny e de outros autores citados neste artigo revelam que na verdade estamos diante de uma nova ordem econômica internacional sob a qual as

¹⁴ Sobre isso, cf. Mattos (2001).

¹⁵ Cf. Brenner (2002).

¹⁶ Assim como muitas outras formulações que apregoam estarmos diante de uma “sociedade de fim dos empregos” (Rifkin, 1995), “fim da história”, “sociedade sem fronteiras” e até mesmo “sociedade pós-capitalista” (sic!!!) (Drucker, 1994)

relações entre indústria e serviços tornam-se cada vez mais complexas, sem menosprezo da importância das atividades industriais.

Entendemos que falta a autores como Bell e Castells uma melhor compreensão sobre os conflitos de classe que se desenvolvem sob uma ordem financeira internacional cada vez mais hierarquizada (poderes cada vez mais diferenciados dos Estados Nacionais no cenário internacional) e que delimita condições cada vez mais adversas para a acumulação capitalista - notadamente no setor produtivo. Como reação a este estado de coisas característicos do Capitalismo Contemporâneo, as grandes empresas do setor industrial e dos setores de serviços mais modernos articulam-se de forma cada vez mais complexa e definem estratégias para, por um lado, enfrentarem uma concorrência cada vez mais acirrada (pois cada vez mais internacionalizada e em contexto de crescimento econômico cada vez menos dinâmico, ao contrário do que o ocorria sob a ordem econômico/financeira internacional que havia sido regida pela regulação fordista do pós-guerra), e, por outro lado, criarem condições próprias para aproveitarem as crescentes oportunidades de valorização do capital financeiro criadas no atual contexto de finanças desregulamentadas (ou seja, caracterizadas, por um lado, pela ausência de claras definições à atuação dos diversos segmentos dos mercados financeiros e, por outro lado, por facilidades crescentes para a movimentação de capital financeiro pelos diferentes países do mundo).

Esse contexto de nítida mudança na composição da riqueza capitalista (expansão da riqueza financeira em detrimento da expansão da riqueza gerada no processo produtivo) é o maior responsável pela ampliação da precarização dos mercados de trabalho, em contexto de solidificação da hegemonia do pensamento neoliberal. A precarização dos mercados de trabalho dos principais países capitalistas (no núcleo dos países capitalistas desenvolvidos e também no capitalismo periférico) traduz-se pela expansão do desemprego, pela ampliação da exploração do trabalho (extensão das jornadas de trabalho, fraqueza dos sindicatos e cada vez mais fluida definição das tarefas a serem efetuadas pelos funcionários das empresas) e pela ampliação da presença de contratos informais de trabalho (empregos de tempo-parcial e/ou de contratos de duração determinada). A realização do Trabalho, portanto, encontra-se cada vez mais penosa e instável para os trabalhadores, submetidos a um contexto de crescente mercadorização da mão-de-obra, em processo que, à primeira vista, poderia parecer paradoxal com a maior “sofisticação” de certas atividades profissionais no ambiente das “sociedades da informação”. É essa precarização dos mercados de trabalho, em contexto de mudanças profundas da natureza da concorrência capitalista e de fortalecimento das práticas neoliberais,

que representam, a nosso juízo, as mudanças fundamentais que têm caracterizado o mundo do trabalho – fatos que passam longe das análises de Bell e de Castells, para citarmos os aturores mais consagrados.

Mas tais mudanças ocorridas nos processos de trabalho da nova “sociedade informacional” não passam despercebidas nas formulações de Lojkin. Sobre as supostas “novidades” presentes nas formulações da chamada Sociedade Informacional, vale destacar os argumentos de Lojkin (2002), que denuncia o caráter ideológico (EPTIC, 2003) com que o referido conceito vem sendo utilizado no atual debate entre os pensadores sociais.

Lojkin, inicialmente, critica a visão determinista de Bell (1976), segundo a qual “estaríamos assistindo a uma substituição inexorável (ligada ao progresso técnico) das atividades industriais fundadas na manipulação da matéria por atividades fundadas na informação – tal como se assistiu, no século passado, à substituição da agricultura pela indústria” (Lojkin, 2002; p. 239). Segundo Lojkin (2002), Bell (1976), assim como Touraine (1969), se equivocam ao comparar as recentes transformações da estrutura de emprego e da estrutura industrial às transformações que caracterizaram a Revolução Industrial. A analogia, para Lojkin, é indevida, pois, apesar dos inequívocos efeitos da introdução progressiva das novas Tecnologias da Informação nos processos de trabalho e produção, não houve uma significativa alteração da essência do capitalismo, que é a exploração do trabalho pelo assalariamento da mão-de-obra. O autor não rejeita a importância crescente das novas tecnologias nos processos de produção, mas discorda da noção de que a “antiga” teoria do valor-trabalho (da sociedade industrial) estaria sendo substituída pela de “valor-saber” de uma suposta sociedade pós-industrial (ou pós-capitalista). Está intrínseca à análise de Lojkin a constatação de que também o trabalho intelectual vem sendo crescentemente subsumido pelo Capital, tal qual ocorria com o trabalho “tradicional” dos operários industriais nas revoluções industriais.

Ademais, Lojkin (2003) destaca ainda quatro pontos fundamentais para rejeitar a idéia de que estaríamos sob uma sociedade pós-industrial: (a) considera que os processos de inovação baseados nas novas tecnologias espelham relações de reciprocidade com os métodos de fabricação, concepção e marketing das atividades produtivas, e não uma ruptura entre o que ele chama de “saber abstrato” e “experiência concreta” dos usuários e dos fabricantes das novas tecnologias; (b) o autor assinala que o crescimento das atividades de serviço (informacionais, notadamente) não ocorre de forma independente da expansão das atividades industriais, ou seja, estas últimas determinam aquelas; (c) é falso supor heterogeneidade

absoluta entre as atividades informacionais (em expansão) e as atividades industriais (com queda de empregos), ou seja, ele ressalta que ambas estão cada vez mais conectadas; (d) não tem ocorrido uma clara, absoluta e definitiva substituição da antiga classe operária pelos profissionais da informação, mas, sim, uma interação complexa entre eles, na qual o trabalho produtivo (segundo Marx) se entrelaça ao trabalho improdutivo, sendo ambos submetidos à lógica do capital. Trata-se, em suma, de um processo acelerado de subsumção do trabalho intelectual ao processo de produção capitalista, conforme, aliás, vem chamando a atenção o prof. César Bolaño na maior parte de seus trabalhos mais recentes.

Em suma, o que se depreende do trabalho de Lojkin é sua crítica ao caráter desmobilizador do discurso e da análise de Castells (1999). Essa mesma denúncia está presente nos trabalhos de Garnham. Estamos de acordo com esses dois autores quando ressaltam que, na verdade, a chamada Sociedade da Informação (ou como alguns também chamam, a Economia do Conhecimento) representa um momento histórico do Capitalismo em que se aprofundam a exploração e a mercadorização da força de trabalho, com conseqüente ampliação da exclusão social e da concentração da renda, da riqueza e do tempo livre (Mattos, 2000).

Conforme afirmamos acima, o caráter financeirizado da valorização do capital, ao lado das reformas neoliberais que lhe dá sustentação, romperam os contratos sociais que haviam sido celebrados durante os Anos Dourados do Capitalismo (1945-1973) – e acabam impulsionando esse processo de exclusão social e de ruptura da Cidadania.

Que tenham se expandido, nas décadas mais recentes, as tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's) e que as mesmas tenham conduzido necessariamente a novas formas de organização da produção capitalista e a novas formas de exploração da mão-de-obra e a novas formas de realização do trabalho concreto é um fato inegável. Trata-se, portanto, de uma “novidade” que merece ser estudada, mas não devemos nos iludir pensando que tais fatos representem uma “nova” (no sentido positivo da palavra) sociabilidade entre as classes sociais ou mesmo uma maior “integração” entre os povos e as pessoas. A maneira pela qual tem ocorrido a introdução dessas TIC's nas sociedades contemporâneas tem, na verdade, levado a um aprofundamento dos mecanismos de exclusão social e de precarização do trabalho.

Bibliografia

BELL, D. (1976). *Vers la société postindustrielle*. Paris: Laffont.

BELLUZZO, L.G. (1997). Dinheiro e as transfigurações da riqueza. In: TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. (org.), *Poder e Dinheiro. Uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis (RJ):Vozes. p. 151-194.

BIT. L'emploi dans le monde (1996/1997) – les politiques nationales a l'heure de la mondialisation. *Bureau International du Travail*: Genève, 1998.

BOLAÑO, C. R. S. (2002). *Trabalho Intelectual, Comunicação e Capitalismo. A reconfiguração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política-SEP, n. 11, segundo semestre, São Paulo.

_____. (2002 b). *O Império Contra-ataca*. URL www.eptic.com.br (textos para discussão, n. 3).

_____. (2003). *Economia Política do Conhecimento e o Projeto Genoma Humano do Câncer de São Paulo*. UFS, Aracaju, mimeo.

_____. (2003b). *Políticas de Comunicação e Economia Política das Telecomunicações*. URL www.eptic.com.br (livro on line).

BLOCK, F.L.. *The Origins of International Economic Disorder*. Berkeley. University of California Press, 1977.

BRANDÃO, S.M.C. e FERREIRA, S.P. (1992). Setor Terciário: dificuldades para sua definição. *São Paulo em Perspectiva*, 6(3), julho/setembro.

BRENNER, R. (2002). *The Boom and the Bubble*. New Left Review.

CASTELLS, M. (1999). *A Sociedade em Rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra.

CASTILLO, J.J.(1997). Globalización y reestructuración productiva: impactos sociales y nuevas perspectivas. Los 'nuevos' modelos productivos, in: *Ensaio FEE* (Fundação de Economia e Estatística), n. 35, FEE, Porto Alegre.

CHESNAIS, F. (1995). *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Ed. Xamã.

COHEN, S. e ZYSMAN, J.(1987). *Manufacturing matters: the myth of post-industrial economy*. New York: Basic Books.

COUTINHO, L. (1992). A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, in: *Economia e Sociedade* (1). Revista do Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, agosto de 1992.

- COUTINHO, L. (1995). Nota sobre a natureza da globalização. In: *Economia e Sociedade* (4). Revista do Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, junho de 1995.
- DELAUNAY, J.C. e GADREY, J. (1987). *Les enjeux de la Société des Services*. Paris. Fondation National des Sciences Politiques.
- EPTIC. (2003). “La sociedad de la información es um concepto inventado”. Entrevista de César Bolaño e Alain Herscovici a Diego de Charras e outros. (ver www.eptic.com.br).
- EPTIC (Revista de Economía Política de las tecnologías de la Información Y Comunicación), vol.2, n.2, maio/agosto 2003.
- GARNHAM, N. (2000). *La Sociedad de la Información como ideología: una crítica*. In: Primer foro de las comunicaicones: desafios de sociedad de la información en América Latina y em Europa”. UNICOM/Lom Ed. Santiago (Chile).
- GERSHUNY, J. (1978). *After Industrial Society? The emerging self-service economy*. Londres. Mac Millan.
- HOBBSAWM, E.(1995). *Era dos Extremos - o breve século XX (1914-1991)*. Companhia das Letras, São Paulo.
- LOJKINE, J.(2002). *A Revolução Informacional*. São Paulo: Cortez.
- MATTOS, F. A .M. (1994). Estrutura Ocupacional e Distribuição de renda nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro: anos 80. *Dissertação de Mestrado*. Instituto de Economia da UNICAMP (IE). Campinas.
- MATTOS, F.A.M.(1997). Lições do Capitalismo Organizado: o mercado de trabalho do pós-guerra nos países capitalistas centrais, in: *Ensaio FEE* (Fundação de Economia e Estatística), n. 35, FEE, Porto Alegre.
- MATTOS, F. A . M. (2001). Transformações dos mercados de trabalho dos países capitalistas desenvolvidos a partir da retomada da hegemonia americana. *Tese de Doutorado*. Instituto de Economia (IE) da UNICAMP.
- MATTOS, F. A . M. (2000). Jornada de Trabalho: o exemplo europeu. *Nova Economia*. Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Volume 10, número 2, dezembro de 2000.
- MATTOSO, J. (1995). *A Desordem do Trabalho*. Ed. Scritta, São Paulo.
- OIT. (1995). L’emploi dans le monde. *Bureau International du Travail*. Genève.
- OIT. (1996). L’emploi dans le monde. *Bureau International du Travail*. Genève.
- OIT (vários anos). *Yearbook of Labour Statistics*. ILO. Geneva.
- _____(vários números). *Bulletin of Labour Statistics*. ILO. Geneva.

RIFKIN, J. (1995). *O Fim dos Empregos*. São Paulo: Makron Books.

SERFATI, C. (1996). Le rôle actif des groupes à dominante industrielle dans la financiarisation de l'économie. In: CHESNAIS (org.). *La mondialisation financière: genèse, coût et enjeux*. Syros, Paris.

SINGELMANN, J. (1978). *The Transformation of Industry: from Agriculture to Service Employment*. Beverly Hills, CA: Sage.

TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. (org.) (1997). *Poder e Dinheiro. Uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis (RJ):Vozes.

TOURAINÉ, A. (1969). *La société post-industrielle*. Paris: Denoël.